



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º , DE 2025

(Do Senhor Evair Vieira de Melo)

Requer do Excelentíssimo do Ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, por intermédio do Presidente do INCRA, Excelentíssimo Senhor César Aldrighi, que sejam prestadas informações pelo acerca das denúncias de que o Governo Lula estaria favorecendo a expansão de terras para grupos militantes, enquanto milhares de famílias assentadas permanecem em condições de abandono.

Senhor **Presidente**,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que, ouvida a Mesa, seja encaminhado pedido de informações ao Excelentíssimo Senhor Paulo Teixeira, ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, por intermédio do Senhor César Aldrighi, presidente INCRA, acerca das denúncias de que o Governo Lula estaria favorecendo a expansão de terras para grupos militantes, enquanto milhares de famílias assentadas permanecem em condições de abandono.





Com o intuito de prestar esclarecimentos a esta Honrosa Casa, solicita-se as seguintes informações:

- *Como o senhor explica o fato de que, em quase 50 anos, apenas 6% dos 9.501 assentamentos foram consolidados? Esse número não revela um fracasso retumbante na execução das políticas de reforma agrária sob a responsabilidade do Incra?*
- *O relatório da CGU revela que mais de 907 mil famílias vivem em condições precárias, sem acesso a água, energia, saneamento e infraestrutura básica. O que o Incra tem feito para solucionar essa situação alarmante? Por que o órgão, sob sua gestão, não conseguiu implementar medidas eficazes até o momento?*
- *O relatório da CGU também mostra que, dos R\$ 97,9 milhões destinados à consolidação dos assentamentos em 2024, apenas R\$ 34,3 milhões foram empenhados até agosto. Por que o Incra falhou em utilizar esses recursos de forma adequada, deixando milhares de famílias sem o suporte necessário?*
- *O senhor pode explicar por que, mesmo com assentamentos funcionando há décadas, o Incra não conseguiu entregar os títulos de propriedade às famílias? Qual é o principal obstáculo para garantir a titulação definitiva dos lotes, e quais são as medidas para acelerar esse processo?*
- *A CGU apontou graves falhas na governança informacional do Incra, incluindo bases de dados incompletas e desatualizadas sobre os assentamentos. Como o senhor responde a esses apontamentos? O que está sendo feito para melhorar a qualidade da gestão e a*





CÂMARA DOS DEPUTADOS

precisão das informações, essenciais para o planejamento e a execução de políticas públicas?

- O relatório revela que as visitas de supervisão aos assentamentos são esporádicas e ineficazes. Por que o Incra não realiza um acompanhamento regular e adequado das condições dos assentamentos, e o que o senhor planeja para corrigir essa grave falha de gestão?*
- Enquanto milhares de famílias já assentadas vivem em situação de completo abandono, o Incra segue criando novos assentamentos. Isso não reflete uma política populista e eleitoreira, que privilegia a expansão de terras para agradar grupos militantes, em vez de resolver os problemas reais dos assentamentos já existentes?*
- O Incra sequer possui estimativas claras dos custos para a consolidação dos assentamentos, conforme apontado pela CGU. Como o senhor pretende conduzir uma política eficaz de reforma agrária se o órgão nem ao menos sabe quanto custa consolidar um assentamento? Isso não revela uma total falta de planejamento?*
- O senhor pode garantir que o Incra tem um verdadeiro compromisso com a reforma agrária, ou estamos apenas assistindo a uma política de aparências que deixa as famílias assentadas à margem, sem infraestrutura e sem titulação? Quais são as metas concretas para reverter essa situação catastrófica?*

JUSTIFICATIVA





Este requerimento tenciona o pedido de informações ao Excelentíssimo Senhor Paulo Teixeira, ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, por intermédio do Senhor César Aldrighi, presidente INCRA, acerca das denúncias de que o Governo Lula estaria favorecendo a expansão de terras para grupos militantes, enquanto milhares de famílias assentadas permanecem em condições de abandono.

Isto porque, conforme noticiado¹ 2024, o Relatório de Avaliação da CGU sobre o Incra expôs a alarmante situação da política de reforma agrária no Brasil. Dos 9.501 assentamentos criados desde 1975, apenas 6% foram consolidados, deixando mais de 907 mil famílias em situação de vulnerabilidade, sem acesso a serviços básicos.

Uma auditoria realizada pela Controladoria-Geral da União (CGU) revelou um cenário de completo abandono e desorganização na política de reforma agrária. Dos 9.501 assentamentos criados, apenas 6% foram efetivamente consolidados, enquanto 8.910 assentamentos ainda estão pendentes, impactando diretamente mais de 907 mil famílias que vivem sem acesso adequado a água, energia, saneamento e infraestrutura.

De acordo com o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/1964), a reforma agrária visa a promover uma melhor distribuição de terras, com o objetivo de atender aos princípios de justiça social e aumento da produtividade. A consolidação de assentamentos refere-se ao processo de implementação de condições adequadas para que os projetos de assentamento possam garantir uma vida sustentável e autossuficiente às famílias assentadas.

A consolidação envolve ações como a implantação de obras de infraestrutura, demarcação dos lotes, supervisão das famílias,

¹ <https://jovempan.com.br/noticias/brasil/auditoria-da-cgu-mostra-abandono-da-reforma-agraria-no-brasil.html>





concessão de créditos de instalação, gestão ambiental e a titulação definitiva dos lotes.

O Incra não publicou nenhum ato de consolidação dos assentamentos nos últimos anos, refletindo um profundo descompasso entre a missão do órgão e a realidade enfrentada pelas famílias assentadas. A falta de infraestrutura, de titulação e de apoio à produção agrícola são apenas alguns dos reflexos de uma política pública estagnada.

Em entrevistas realizadas com 518 famílias assentadas em nove estados, a maioria relatou que vive há mais de 10 anos em assentamentos sem perspectiva de melhorias. Apenas 27% das famílias afirmaram que os rendimentos da produção agrícola são suficientes para sua subsistência. A falta de máquinas, insumos, assistência técnica e as condições precárias das estradas impedem o escoamento da produção, forçando muitas famílias a depender de programas sociais.

Outro problema grave é a lentidão no processo de titulação definitiva dos lotes, o que gera insegurança jurídica e incertezas quanto ao futuro dessas comunidades.

O relatório da CGU também revela que o orçamento empenhado para a consolidação dos assentamentos em 2024 é extremamente baixo em comparação com as necessidades das famílias. Dos R\$ 97.912.290,00 destinados para esse fim, apenas R\$ 34.269.825,89 foram efetivamente empenhados até agosto, o que resulta em um valor irrisório de R\$ 37,80 por família.

O Incra não possui estimativas claras dos custos necessários para consolidar os assentamentos, o que impossibilita uma alocação eficiente de recursos. A ausência de planejamento e a falta de prioridade do governo comprometem diretamente a reforma agrária.





A atual política de reforma agrária favorece a criação de novos assentamentos para atender aos interesses de grupos militantes, enquanto ignora os graves problemas enfrentados pelos assentamentos já existentes. A abordagem populista do governo, ao criar novos assentamentos sem resolver os problemas estruturais dos antigos, perpetua a precariedade e o abandono das famílias já assentadas.

O relatório da CGU expõe a necessidade urgente de uma reformulação profunda na política de reforma agrária, sob o risco de perpetuar o abandono de milhares de brasileiros que dependem desses assentamentos para sobreviver.

Destarte, tendo em lume que a atividade fiscalização se amolda em uma das funções típicas do Poder legislativo, é imperiosa a necessidade da aprovação desta proposição, no esteio de se auferir informações relevantes acerca das denúncias de que o Governo Lula estaria favorecendo a expansão de terras para grupos militantes, enquanto milhares de famílias assentadas permanecem em condições de abandono, no desiderato de se velar a efetividade das leis ou, se assim for necessário, tomar providencias com finalidade de sejam concretizadas de forma eficiente e transparente.

Brasília, de de 2025.

DEPUTADO Evair Vieira de Melo

